

Cardoso recebe propostas hoje

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, recebe hoje a estimativa dos valores globais que devem ser cortados e remanejados em cada ministério para equacionar as contas públicas. Depois de submetidos à apreciação do presidente Itamar Franco, que terá a palavra final, os dados serão trazidos a público na reunião de segunda-feira e remetidos aos ministros de cada pasta. Caberá a estes determinar, até quarta-feira próxima, a forma de compatibilizar a redução das disponibilidades com a necessidade de manter os programas prioritários do governo. Só então começará a negociação com o Congresso Nacional.

Os técnicos da área econômica trabalharam durante toda a madrugada de ontem no confronto das dotações deficitárias com as metas inflacionárias e a arrecadação atualizada. A partir dos números finais foram elaboradas três propostas fundamentadas nas análises da "sensibilidade política" de cada remanejamento proposto, informou um especialista. Todas as alternativas, porém, serão submetidas hoje ao ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko, a quem cabe avaliar os trabalhos antes de remetê-los à Fazenda.

O detalhamento dos grandes números será negociado pelos ministros de cada pasta. Todos deverão identificar que projetos do Executivo e do Legislativo podem ser cortados. A exata dimensão dos remanejamentos por projetos será definida com a ajuda do Legislativo. "Em alguns ministérios as dotações originadas do Executivo têm valores numéricos superiores, em outros estão concentrados os recursos alocados por emendas parlamentares, por isso tudo deve ser negociado entre ministros e parlamentares", explicou um técnico da área econômica.

Percentual — A maneira aparentemente mais simples de negociar com os congressistas, na avaliação da equipe econômica, ainda parece ser a de cortar um percentual igual para todas as dotações, de forma a assegurar a inclusão dos projetos previstos no orçamento original. Mas, na avaliação dos mesmos especialistas, esta pode não ser a forma mais racional de remanejar os recursos. "Muitos projetos ficariam com dotações tão reduzidas que não poderia sequer ter início", afirmaram. Outra alternativa de negociação seria remanejar ou cancelar um percentual por emenda ou por estado, conforme determinarem os parlamentares.

Na verdade, o Executivo espera que o discurso do ministro Fernando Henrique consiga traduzir para os parlamentares e a sociedade a dura realidade. "O Estado não tem recursos nem para pagar as despesas básicas", disse um especialista.